

Ecclesiae Filius: o Pátio de São Pedro enquanto patrimônio histórico e cultural do Recife setecentista

Ecclesiae Filius: the Courtyard of São Pedro as a Historical and Cultural Heritage of 18th Century Recife

Ecclesiae Filius: El patio de San Pedro como patrimonio histórico y cultural del Recife del siglo XVIII

Josebias Costa do Nascimento Neto¹
Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha²
Pedro Henrique Cabral Valadares³

Resumo

NETO, J. C. do N.; FILHA, M. B. de B. L. e M.; VALADARES, P. H. C. *Ecclesiae Filius: o Pátio de São Pedro enquanto patrimônio histórico e cultural do Recife setecentista*. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 2, p. 273-292, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2\(2024\)2274](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2274)

A cidade do Recife, capital de Pernambuco, assim como outras capitais luso-brasileiras, possui um rico conjunto de pátios católicos que moldaram seu tecido urbano. As pesquisas que analisam como esses espaços, entretanto, foram desenvolvidos e integrados ao contexto urbano ainda são esparsas. Logo, considerando o impacto das igrejas e seus pátios nas práticas sociais e configuração do espaço público; esta pesquisa visa construir uma narrativa acerca dessa herança socioespacial, atribuído ao pátio de São Pedro no Recife-PE, como resultado da hegemonia cristã na produção arquitetônica e urbanística do período colonial brasileiro. Partindo desse princípio, fez-se uma revisão bibliográfica acerca da construção e consolidação das cidades luso-brasileiras sob a ótica da contribuição e sua notória influência cultural, enquanto colônia de Portugal. Portanto, confirma-se a hipótese inicial do trabalho, tendo em vista que o Pátio de São Pedro transcende sua exordial função religiosa e se institui como um espaço multifacetado de memória e identidade na cidade do Recife. Desse modo, pode-se inferir que o objeto de pesquisa têm a sua relevância alicerçada em sua historiografia socioespacial, em seus usos e funções ao longo dos séculos, bem como também em seu traçado urbanístico que remonta a experiência do período colonial do Brasil. Logo, a história do Pátio está intrinsecamente ligada à história da sociedade recifense, sendo este um espaço onde, ao longo dos séculos, as celebrações, sejam profanas e/ou sagradas, os eventos culturais, os comércios e serviços de seu entorno; juntos fortaleceram os traços socioespaciais deste lugar. Assim, o tombamento do local pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ratifica sua importância cultural, enquanto um bem patrimonial, e reafirma um compromisso com a preservação desse valioso conjunto edificado para as gerações descendentes.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Recife (PE). Pátio de São Pedro.

¹ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2024); Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC (2020). E-mail: josebias.nascimento@academico.ufpb.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8301-5268>

² Ph.D em História da Arte pela Universidade do Porto (2005). Atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: berthilde_ufpb@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7409-102X>

³ Ph.D em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2019). Atualmente é professor associado do curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (UPE) e professor do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC). E-mail: arq.pedrovaladares@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1529-9175>

Abstract

NETO, J. C. do N.; FILHA, M. B. de B. L. e M.; VALADARES, P. H. C. Ecclesiae Filius: the Courtyard of São Pedro as a Historical and Cultural Heritage of 18th Century Recife. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 2, p. 273-292, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2\(2024\)2274](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2274)

The city of Recife, in Pernambuco, Brazil, like other Luso-Brazilian capitals, possesses a rich ensemble of Catholic courtyards that shaped its urban fabric. However, research analyzing how these spaces were developed and integrated into the urban context is still scarce. Therefore, considering the impact of churches and their courtyards on social practices and the configuration of public space, this research aims to construct a narrative about this socio-spatial heritage, attributed to the São Pedro courtyard in Recife-PE, as a result of Christian hegemony in the architectural and urban production of the Brazilian colonial period. Based on this principle, a literature review was conducted on the construction and consolidation of Luso-Brazilian cities from the perspective of their contribution and their notable cultural influence, as a colony of Portugal. Therefore, the initial hypothesis of the work is confirmed, given that the São Pedro courtyard transcends its original religious function and is established as a multifaceted space of memory and identity in the city of Recife. In this way, it can be inferred that the object of research has its relevance based on its socio-spatial historiography, its uses and functions over the centuries, as well as its urban layout that dates back to the experience of the colonial period of Brazil. Therefore, the history of the courtyard is intrinsically linked to the history of Recife society, being a space where, over the centuries, celebrations, whether profane or sacred, cultural events, commerce and services in its surroundings; together strengthened the socio-spatial features of this place. Thus, the listing of the site by the IPHAN (Brazilian Institute of Historic and Artistic Heritage) ratifies its cultural importance, as a heritage asset, and reaffirms a commitment to the preservation of this valuable built ensemble for future generations.

Keywords: Cultural Heritage. Recife (PE). São Pedro Courtyard.

Resumen

NETO, J. C. do N.; FILHA, M. B. de B. L. e M.; VALADARES, P. H. C. Ecclesiae Filius: El patio de San Pedro como patrimonio histórico y cultural del Recife del siglo XVIII. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 2, p. 273-292, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2\(2024\)2274](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2274)

La ciudad de Recife, en Pernambuco, Brasil, al igual que otras capitales luso-brasileñas, posee un rico conjunto de patios católicos que moldearon su tejido urbano. Sin embargo, las investigaciones que analizan cómo estos espacios se desarrollaron e integraron en el contexto urbano aún son escasas. Por lo tanto, considerando el impacto de las iglesias y sus patios en las prácticas sociales y la configuración del espacio público, esta investigación busca construir una narrativa sobre este patrimonio socioespacial, atribuido al patio de San Pedro en Recife-PE, como resultado de la hegemonía cristiana en la producción arquitectónica y urbanística del período colonial brasileño. Basado en este principio, se realizó una revisión bibliográfica sobre la construcción y consolidación de las ciudades luso-brasileñas desde la perspectiva de su contribución y su notable influencia cultural, como colonia de Portugal. Por lo tanto, se confirma la hipótesis inicial del trabajo, dado que el patio de San Pedro trasciende su función religiosa original y se establece como un espacio multifacético de memoria e identidad en la ciudad de Recife. De esta manera, se puede inferir que el objeto de investigación tiene su relevancia basada en su historiografía socioespacial, sus usos y funciones a lo largo de los siglos, así como también en su trazado urbanístico que remonta a la experiencia del período colonial de Brasil. Por lo tanto, la historia del patio está intrínsecamente ligada a la historia de la sociedad recifense, siendo este un espacio donde, a lo largo de los siglos, las celebraciones, sean profanas o sagradas, los eventos culturales, el comercio y los servicios de su entorno; juntos fortalecieron los rasgos socioespaciales de este lugar. De esta manera, la inscripción del sitio por el IPHAN (Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional) ratifica su importancia cultural, como bien patrimonial, y reafirma un compromiso con la preservación de este valioso conjunto construido para las generaciones futuras.

Palabras clave: Bienes Culturales. Recife (PE). Patio de San Pedro.

Data de submissão: 29/03/2024

Data de aceite: 20/08/2024

1. Introdução

Fundado em 1709 como vila portuária, o Recife servia à aristocracia de Olinda e somente após a Guerra dos Mascates, em 1711, obteve autonomia e prosperou como cidade. Teve seu crescimento territorial, político e econômico impulsionados pelo comércio portuário. Logo, as primeiras décadas do século XVIII marcaram a estabilidade do Recife (Menezes, 2022).

O Recife colonial, ainda como povoamento, prosperou por intermédio de sua intensa atividade portuária e também religiosa (do latim *ecclesiae filius*), consolidada pelo rico conjunto de igrejas e conventos que neste período estabeleceram-se ali (Menezes, 2017).

Em meados do século XVIII, igrejas, pátios e largos são observados nos mapas elaborados por Diogo da Silveira Velloso, enquanto marcos edificadas da devoção cristã são evidenciados por Lira (2021), expondo uma série de construções que contribuíram para consolidação urbana da área:

(...) a partir da Igreja e do Convento do Carmo, concluídos em 1769; da capela de Santa Teresa, de 1710; ou da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sobre terras doadas à Irmandade dos Homens Pretos ainda em 1654, cuja construção começaria naquele mesmo ano de 1739. Paralelamente, o processo avançava em direção às Cinco Pontas, partindo da Igreja do Livramento, erigida pela Congregação dos Homens Pardos a partir de 1722; da Igreja de São Pedro dos Clérigos, na antiga Rua das Águas Verdes, com risco de 1728; da velha Igreja e do Convento da Penha, demolidos no século XIX para dar lugar à atual igreja; da primitiva Igreja de Nossa Senhora do Terço, por volta de 1732; da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, dos pretos e pardos, finalizada em 1796 e demolida em 1971, quando da abertura da Avenida Dantas Barreto; e de alguns outros templos mais modestos, como a antiga capelinha de São José do Ribamar, datada ainda do final do século XVII e de posse da irmandade de artífices e pescadores da região, que daria nome ao bairro no século XIX (LIRA, 2021, p. 09).

Portanto, pouco a pouco o panorama começa a ser modificado pelo arrojo da Igreja Católica e com autorização expressa da Coroa Portuguesa, por intermédio de ordens e decretos reais. A presença de ordens monásticas e irmandades, no Brasil de modo geral, foi crucial para a difusão da fé católica e para a consolidação de um poderio religioso no local. Essa influência se materializou na construção de igrejas, conventos, escolas eclesiásticas, que expressam territorialmente a autoridade da Igreja e sua importância na vida da comunidade, sobretudo a recifense (LORETTO, 2008).

Tendo em vista o Pátio de São Pedro, como um dos primeiros conjuntos urbanos protegidos por lei no Brasil, através do IPHAN, a pesquisa tem como investigação central a seguinte questão: como se deu o processo de construção e consolidação dos pátios das igrejas católicas, em específico o Pátio de São Pedro, no tecido urbano da cidade do Recife e qual seria sua relevância?

Como objetivo geral, a pesquisa se propõe a construir uma narrativa acerca da herança arquitetônica e religiosa, atribuída ao pátio de São Pedro, em Recife-PE, como resultado da hegemonia cristã na produção arquitetônica e urbanística do período colonial brasileiro. A hipótese inicial deste trabalho consiste que a relevância histórica e artística, pelo qual o bem foi tombado pelo IPHAN, não está alicerçada apenas na função religiosa, estando assim ancorado na diversidade de uso e a ocupação do lugar, bem como na historiografia urbana contada pelo seu tecido urbano e nas relações socioeconômicas vivenciadas pela sociedade recifense em transformação ao longo dos anos.

2. A Igreja Católica na construção e consolidação das cidades luso-brasileiras

Nas cidades luso-brasileiras do período colonial, a configuração urbana, tanto como resultado quanto como processo social, foi largamente influenciada pelo poder e influência da Igreja Católica. Através de sua influência social, política e econômica, a Igreja moldou o espaço urbano de diversas frentes para a construção e o desenvolvimento da forma urbana (Souza, 2013).

Assim como a Igreja e as ordens leigas; o Estado, a população (em seus movimentos sociais) e os agentes econômicos, interagem de forma complexa para construção das cidades luso-brasileiras no período colonial, moldando através desses pilares sua estrutura física e social.

Os estudos de Pedro de Almeida Vasconcelos (1996)⁴ e Maurício de Almeida Abreu (2011)⁵, sobre a formação de Salvador no período colonial, nos revela a complexa interação de diversos agentes na modelagem dessas cidades. Esses agentes modeladores, com sua influência sobre a organização social e espacial, foram peças-chave nesse processo. Juntos, esses atores moldaram a paisagem urbana, as relações sociais e a dinâmica econômica da cidade, deixando um legado que perdura até os dias atuais. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para entender a evolução histórica e a configuração espacial desses lugares.

Nessa perspectiva, é pertinente discutir em que medida a legislação eclesiástica influenciou na produção e utilização dos espaços de uso público, por não haver normas específicas pré-estabelecidas pela Coroa Portuguesa que legislassem sobre a temática, no início da colonização brasileira. Diante disso, faz-se importante, preliminarmente, ter em vista as instruções promulgadas pela Igreja Católica, a partir do Concílio de Trento realizado entre 1545 e 1563.

⁴ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: permanências e transformações (1549/1996). Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 92, pág. 287-300, 1996.

⁵ ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. Revista Cidades, v. 8, n. 14, p. 539-568, 2011.

O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III com o objetivo de traçar rumos que assegurassem a unidade da Igreja Católica e a disciplina eclesiástica. Ocorrido no contexto da Reforma da Igreja Católica, em reação à divisão religiosa que ocorria na Europa devido à Reforma Protestante, sendo assim reconhecido como o Concílio da Contra reforma. Na realidade portuguesa, frente a grande aproximação entre os monarcas e o Vaticano, os preceitos deste concílio tiveram grande adesão, sendo Portugal “considerado pela historiografia um dos países pioneiros na recepção das diretrizes do Concílio de Trento” (ALVES, 2016, p. 01).

Resultaram deste concílio numerosos decretos disciplinares, especificando as doutrinas católico-romanas quanto à tradição, sacramentos, hierarquia, liturgia, culto, entre outros aspectos. Ditaram, também, normas sobre a construção, organização espacial e função dos equipamentos da Igreja Católica, as quais vieram a reverberar sobre o processo de construção e apropriação dos espaços urbanos. Tais normas foram sistematizadas por Carlos Borromeu, sobrinho do Papa Pio IV, na obra intitulada *Instructiones Fabricae et Supellectilis Ecclesiasticae*⁶, publicada em Milão, em 1577, contendo “indicações para a construção dos templos, bem como o zelo pelos objetos eclesiásticos definidos nos mínimos detalhes” (Oliveira, 2019, p. 17).

A obra é dividida em duas partes, sendo a primeira voltada às construções sacras e a segunda referente às alfaias eclesiásticas (os objetos indispensáveis aos ministérios sacros). Ambas têm por objetivo assegurar o decoro, liturgia e tradições às igrejas católicas e suas celebrações.

Uma vez que nos interessa tratar do objeto arquitetônico e sua relação com o espaço urbano, é nesse aspecto que nos detemos. Em primeiro plano, Carlo Borromeu⁷ instrui acerca da escolha mais adequada para implantar os edifícios sagrados. Estes deveriam ser construídos afastados de “terrenos sujos, pantanosos, lamacentos ou sujeitos a inundações ou torrentes de água devem ser evitados, bem como áreas próximas a mercados, lojas, tabernas, oficinas, estúbulos” (Loewen, 2014, p. 53) ou outros locais com ruídos que impossibilitem as atividades litúrgicas.

Borromeu determinava que, para edificar uma igreja, fosse optado um sítio mais apropriado, considerando que “se faça em um lugar algo mais elevado, afastado de toda classe de imundices”, tendo ainda a cautela de a manter “separada com um intervalo de

⁶ Instruções para tecidos e móveis eclesiásticos - Tradução livre.

⁷ O contato com figuras renomadas da cultura romana, como o arquiteto Pellegrino Tibaldi, desempenhou um papel crucial na formação do gosto artístico-arquitetônico dessa personalidade marcante da história da Igreja Católica. Estas recomendações trazem à lembrança os tratados de Vitruvius, Pietro Cataneo e Andrea Palladio.

alguns passos desde as paredes de outras casas”, de modo que apareça isolada, “semelhante a uma ilha” (Borromeu , 1960, p. 4-6).

Semelhantemente, Leon Battista Alberti, no livro VII da obra *De Re Aedificatoria*, recomendou que “o lugar onde situares o templo, deve ser frequentado, afamado e, como dizem, altivo e isento de todo contágio das coisas profanas. Por este motivo terá em frente uma ampla e imponente praça, [...] de modo a poder ser contemplado nitidamente de onde se quiser” (Alberti, 2011, p. 439).

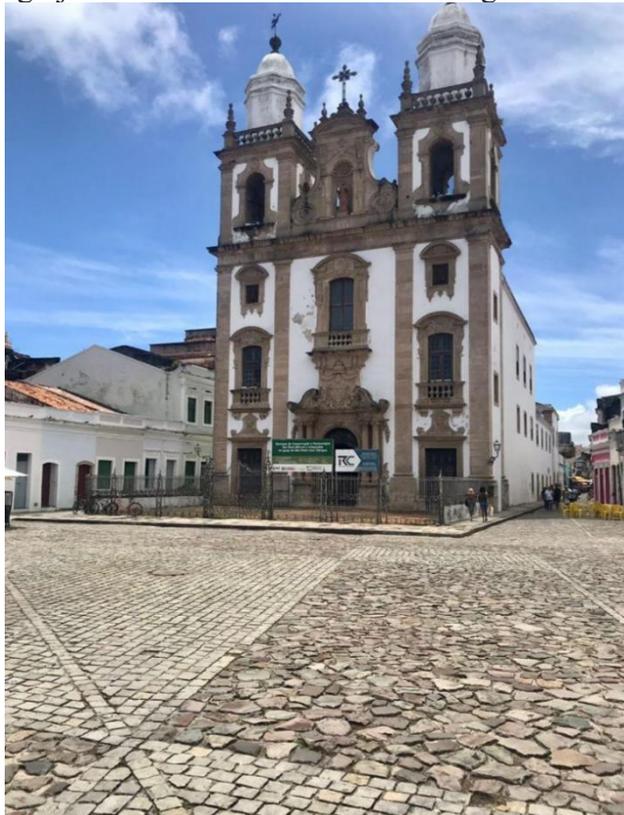
Desse modo, os edifícios religiosos estariam intrinsecamente associados a um espaço amplo, destinado a acolher os fiéis, chamados de pátios. Estas instruções foram incorporadas, posteriormente, às constituições sinodais, implementadas no Brasil através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no ano de 1701.

Trilhando as recomendações de Borromeu, essas constituições recomendaram que as igrejas fossem implantadas em distância das outras edificações para “que possam andar as procissões ao redor delas e que se faça em tal proporção que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando ocorrer as festas” (VIDE, 2011). Em razão disso, evidencia-se uma característica comumente encontrada nas igrejas de todo o Brasil, sendo estas comumente atrelada a largos, adros, pátios ou terreiros, como é o caso da Concatedral de São Pedro dos Clérigos do Recife (Fig. 1).

Logo, as contribuições de Borromeu e Alberti reverberam nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que, por sua vez, valida a igreja num sistema social confluindo nas artes, política e economia por pertencer ao contexto de “trocas simbólicas” almejando a “ordenação e superação dos conflitos vivenciados no período [...] o que ajudou a alterar não somente as estruturas físicas, mas as tradições e relações pessoais” (Oliveira, 2019, p. 26).

Assim sendo, observamos que os pátios e largos, nas cidades luso-brasileiras, são fruto da atuação da Igreja Católica enquanto agente modelador do espaço. Esses espaços expressam a interligação entre as atividades cívico-religiosas expressas pelo tempo passado, seja pela morfologia própria do lugar, o processo histórico de formação e usos ou ainda pelo seu reconhecimento enquanto território, como no caso do objeto de estudo dessa pesquisa.

Figura 1: Igreja e Pátio de São Pedro dos Clérigos do Recife



Fonte: Acervo pessoal do autor.

3. As organizações católicas, suas igrejas e pátios na cidade do Recife: a relevância arquitetônico-religiosa e sua relação com o espaço da cidade

No Recife do período colonial, as pessoas que congregam a fé católica (congêneres em condições econômicas, ofícios e posição social) se organizavam em irmandades, confrarias e ordens terceiras, assegura essa maneira de aproveitar um pouco do prestígio proposto pela religiosidade e principalmente em defesa dos problemas desse sistema colonial em comum ao qual lhes foram impostos, seja por questões raciais e/ou financeiras.

De igual modo, a igreja católica mantinha uma íntima relação com a Coroa Portuguesa, corroborando com o processo de perpetuidade das irmandades religiosas no Recife que, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na consolidação da sociedade em desenvolvimento na região. Logo, enquanto agente de transformação socioespacial, as irmandades católicas, apesar das dificuldades em obter recursos financeiros e mão de obra habilitada, nos deixa um eminente legado no tecido urbano na área central do Recife com a construção de suntuosas igrejas que, segundo Valadares (2022), “(...) posteriormente dominaram a dinâmica socioespacial e a paisagem urbana da vila, caracterizada por um

conjunto homogêneo de casas e sobrados geminados (...)” (Valadares, 2022, p. 72), cuja extensão de terra foi lentamente conquistada através dos progressivos aterros ao longo dos anos.

As ordens terceiras⁸, como a de Nossa Senhora do Carmo que através da Fundação do Convento Carmelita, em 1695; assim como a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a de São Francisco, no mesmo ano, desempenharam o papel de reunir e congregar toda a elite da época. Essas, atraíam desde ricos mascates e senhores de engenho poderosos, até os líderes e homens influentes da política pernambucana, formando assim um “elo invisível” entre toda a classe aristocrática daquele período.

As irmandades deixaram sua marca na paisagem urbana, especialmente através das diversas igrejas que construíram. Senhores abastados das ordens terceiras do Carmo e São Francisco, comerciantes devotos do Santíssimo Sacramento, clérigos da irmandade de São Pedro e artífices reunidos sob a devoção à São José do Ribamar, todos contribuíram para a construção de um panorama religioso singular, conforme autores renomados que investigam a história da cidade do Recife, como: Loretto (2008); Moura Filha (2009); Menezes (2017); Valadares (2019); Pontual (2021) e Nascimento Neto (2023).

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, formada em meados do século XVII, exemplifica um fenômeno social generalizado na sociedade da época. Ela procurou reestruturar a condição dos negros escravizados e livres, usando meios permitidos pela Igreja, como a compra de alforrias, para ascender socialmente. Isso reflete o desejo por reconhecimento social⁹ e evidencia um caráter de resistência e liberdade entre pretos e pardos; com a mesma finalidade de também demonstrar devoção e força através da grandiosidade de seus templos. Além disso, esses grupos desempenharam uma função de assistência, atuando como instrumentos de ação social e assistencialista, “prestando aos seus membros serviços médicos, ajuda financeira, organizando orfanatos e abrigos para a população em geral.” (Moura Filha, 2009, p. 362).

Enquanto organização da classe trabalhadora, destaca-se a Irmandade de São José do Ribamar, em 1735, formado por pessoas de ofício voltados para a construção civil (marceneiros, carpinteiros e pedreiros por exemplo), tinham a pauta também de regular seus empenhos profissionais, uma vez que não existiam sindicatos ou conselhos de trabalhadores.

⁸ Uma ordem terceira é uma associação de leigos católicos que se unem para viver a fé em comunidade vinculados, geralmente através de orações, estudos e práticas devocionais particulares; a uma ordem religiosa específica, como os franciscanos, carmelitas ou dominicanos.

⁹ Tendo em vista o contexto socioeconômico escravocrata da era colonial brasileira e o viés elitista das irmandades de homens brancos.

Na classe média da sociedade da época, encontravam-se em destaque as irmandades de Nossa Senhora do Terço, instituída em 1726, formada por comerciantes e artífices em sua maioria; a venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos (fundada em 26 junho de 1700) e a irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, iniciada em 1722, excluído os militares de artilharia que tinham devoção própria a São João Batista (Guerra, 1970).

Além disso, afirma Valadares, “Outras irmandades foram sendo fundadas e se espalharam pela vila, inclusive em áreas que demandam aterro, ou seja, periféricas à ocupação que se adensava. Um desses casos ocorreu com a irmandade dos militares, estabelecida no início do século XVIII” (Valadares, 2022, p. 73).

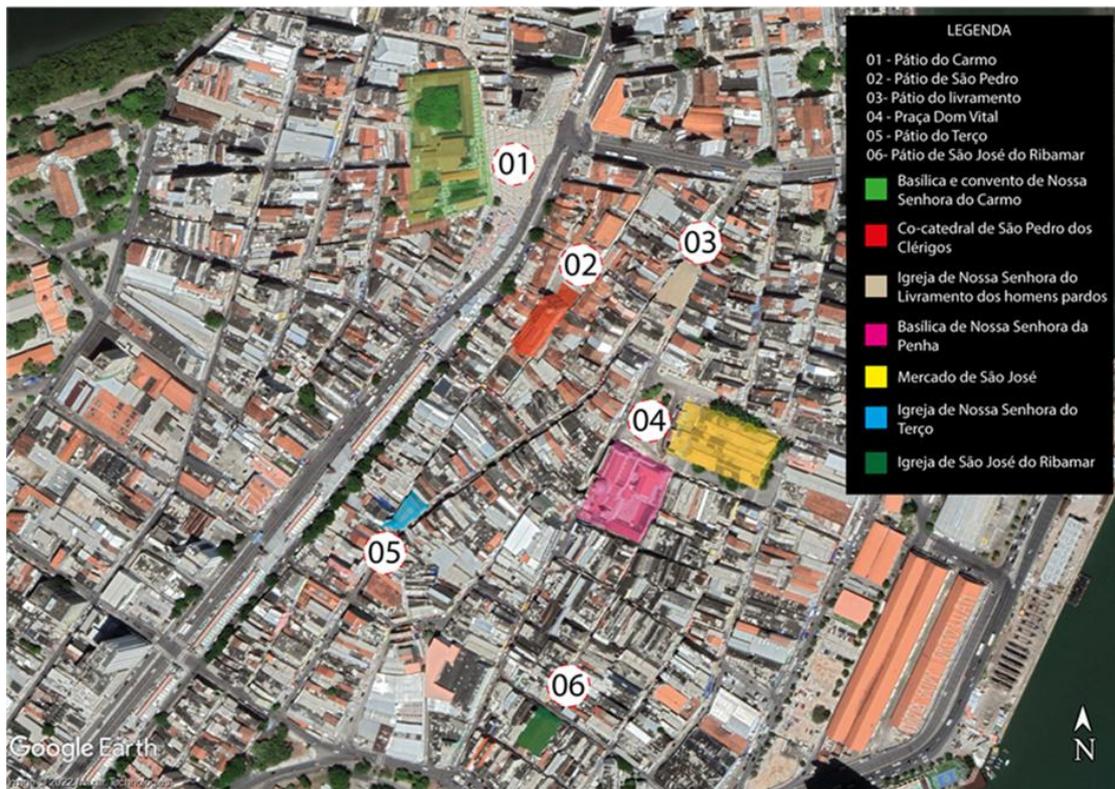
É válido ressaltar que, ainda na primeira metade do século XIX, foi instituída a freguesia do Recife, sendo dividida entre as freguesias de Santo Antônio (ao norte) e a de São José (ao sul) da ilha. Elas foram marcadas por forte presença popular, artesanal e pequeno-burguesa, branca, preta e parda, masculina, feminina, livre e liberta. Segundo Wagner (2004), as freguesias constituíam uma subdivisão administrativa de cunho religioso, sinalizando a existência de um centro populacional organizado com o estabelecimento de áreas de ocupação com relevância econômica e/ou influência política significativa.

Portanto, as irmandades e confrarias desempenharam um papel vital na transformação do cenário urbano e social em meio a uma competição para erguer os mais grandiosos templos. Como símbolos de prestígio e poder, essas estruturas serviam como locais de culto; além de demarcar a presença dessas instituições na cidade. Assim, em meio ao emaranhado de sobrados, os espaços religiosos ditavam sua importância na sociedade e tinham um propósito fundamental de criar marcos físicos, identificáveis espacialmente, que representavam sua fé e influência social.

Afinal, é através da arquitetura religiosa¹⁰, que as instituições religiosas expressavam sua estima e devoção aos seus santos, criando marcos físicos que representavam sua fé e seu papel na sociedade. Essas estruturas fazem parte de um agrupamento de construções sacras (conforme demarcado na Figura. 2) que testemunharam o elevado *status* e influência das irmandades, bem como a significância das ordens religiosas na sociedade, gerando assim, um impacto considerável no processo de construção e consolidação da malha urbana na área central do Recife.

¹⁰ A exemplo das frontarias de São Pedro dos Clérigos e da Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, que se consagraram no século XVIII como grandes obras emblemáticas de expressão barroca, adornando uma vila densa e austera.

Figura 2: Mapa dos pátios do Recife



Fonte: Google earth, editado pelos autores (2022).

Desse modo, observa-se que essa configuração espontânea, se apresenta como um grande teatro urbano, onde cada esquina e cada vista revela novas cenas e experiências visuais oportunizadas pelos remanescentes estilos arquitetônicos encontrados na área central da cidade. Dito isso, o Pátio de São Pedro apresenta-se como um palco dessa experiência barroca, com uma rica variedade de percepções de imagens que se desdobram ao longo de suas vias e fachadas ancoradas geograficamente no entorno de rios e o braço de mar que emolduram e delimitam o espaço, além de enriquecer a experiência visual e simbólica desse trecho urbano. Assim sendo, apontamos que essa relação entre o ambiente construído e a paisagem natural é um aspecto crucial da expressividade barroca do Pátio. Essa articulação estilística na cidade é marcada por uma intensa carga dramática, que se manifesta nas diferentes iniciativas edilícias e na forma como os são percebidos e vivenciados pelos transeuntes; se tornando um elemento fundamental para a sua qualificação artística da área estudada.

4. O pátio de São Pedro e a sua Concatedral

A concatedral de São Pedro dos clérigos, foi idealizada por uma irmandade de Clérigos, formada por homens brancos, que erigiram esse templo em devoção ao santo que detém as chaves das portas dos céus, segundo a fé católica. O local teve sua pedra fundamental firmada em 3 de maio de 1728 e por fim teve seu santuário sacralizado no ano de 1782 (Iphan, 2010).

Sua história é cativada pela devoção dos fiéis e consumada pela Venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos (existente desde 1700) que, por sua vez, em 1719 adquiriu o lote da área de cultivo e das seis residências com o propósito de erigir uma igreja no local. Contudo, somente nove anos mais tarde, em 1728, é que a construção deu-se início efetivamente; sendo finalizada entre 1781 e 1784. Por fim, “algumas dessas antigas casas foram mantidas à frente do templo e um novo casario foi organizado de modo a conformar um pátio” (IPHAN, 2010, p. 03), mantendo a imponência da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, conforme Figura 3.

Figura 3: Vista aérea da Igreja e pátio de São Pedro dos Clérigos do Recife



Fonte: acervo pessoal (2023).

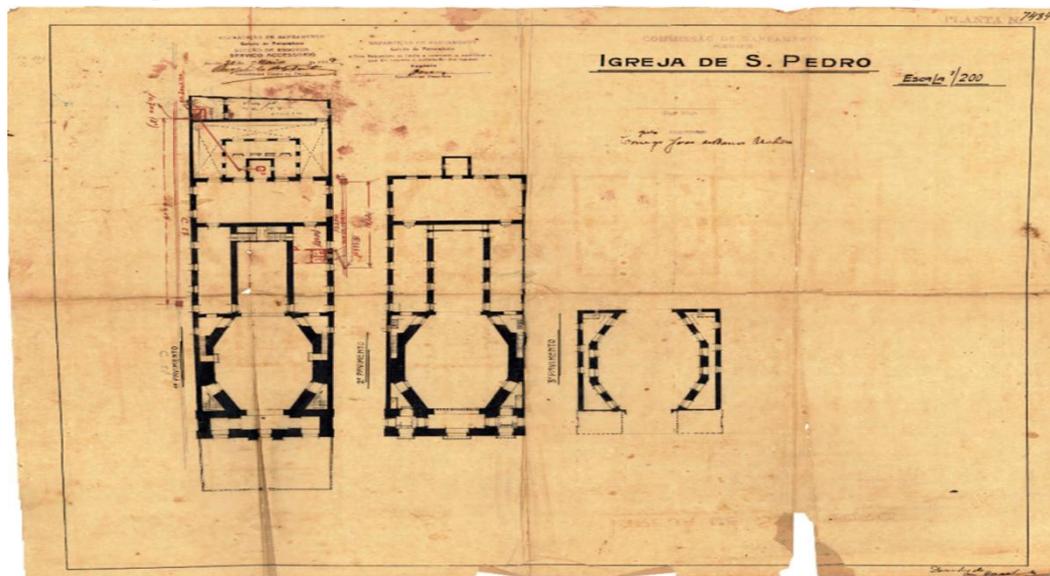
A configuração da sua planta baixa (Figura 4) ficou a cargo do Manuel Ferreira Jácome, mestre-pedreiro¹¹, que mais tarde foi consagrado como arquiteto. Ele projetou uma

¹¹ “Manuel Ferreira Jácome exerceu a função de Juiz de Ofício por cinco vezes; nos anos de 1707, 1708, 1711, 1717 e 1729. [...] ascendeu ao cargo principalmente por sua perícia profissional e por se relacionar com outros artífices que exerciam ou exerceram papéis importantes como Antônio Fernandes Matos [...]” (SILVA, 2010, p. 144).

única nave de formato octogonal, com influência do estilo maneirista, inserida dentro de uma estrutura retangular, de modo que a forma poligonal do interior não é visível externamente. A pedido da Irmandade, esse projeto foi submetido à análise e recebeu aprovação dos engenheiros militares João Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Veloso (MENEZES, 2017).

Na ornamentação de seu interior, trabalharam proeminentes artistas da época: João de Deus Sepúlveda, responsável pela pintura em perspectiva ilusionista do forro da nave (1764-1768); Manuel de Jesus Pinto, encarregado da douração do mobiliário da igreja (1804-1815); Francisco Bezerra, autor dos dez painéis que retratam a vida de São Pedro e estão localizados na capela-mor. Além disso, o mestre entalhador José Gomes de Figueiredo executou o sacrário e a cadeiral do altar-mor, juntamente com todo o mobiliário da sacristia, a qual foi inaugurada em 1781 (SILVA, 2008).

Figura 4: Planta baixa da concatedral de São Pedro dos Clérigos



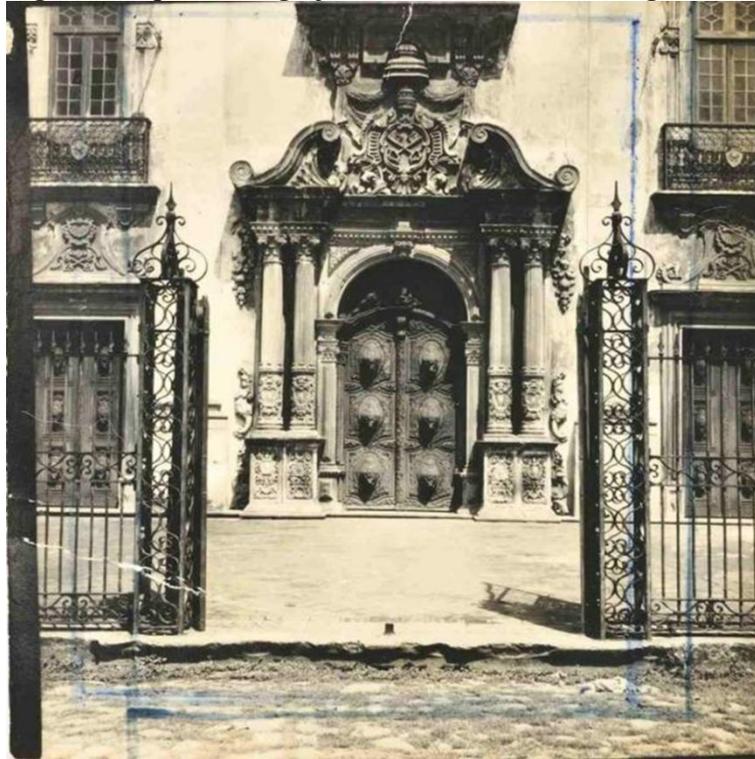
Fonte: Comissão de Saneamento do Recife (1929).

A fachada principal exibe uma portada barroca monumental, ricamente esculpida em pedra, onde se destaca o escudo da irmandade, representado pelas chaves do apóstolo Pedro, ao centro. A portada (Figura 5), esculpida em Jacarandá-mármore e ricamente adornada com detalhes em pedra, se estende e integra-se harmoniosamente à janela alta de arco abatido, conectando esses dois elementos com balaústres e detalhes ornamentais em pedra. Na seção correspondente às duas torres, observa-se as janelas do coro, também adornadas com balaústres e ornamentos em pedra (Guerra 1970).

A edificação é marcada por uma composição equilibrada e simétrica, com duas torres sineiras de forma octogonal que flanqueiam o corpo central. No centro, a porta principal é

emoldurada por pilastras e entablamentos ornamentados, com volutas e outros elementos decorativos esculpidos em pedra calcária. Acima da porta, um frontão curvo coroa a entrada, e, mais acima, uma janela centralizada com balcão e gradil em ferro forjado, que acrescenta sofisticação à composição.

Figura 5: Fotografia da porta da Igreja de São Pedro dos Clérigos na década de 1930



Fonte: Fundaj, [s.d]

Um destaque especial da obra é o frontispício com relevos esculpidos em pedra, que retratam elementos bíblicos da iconografia religiosa cristã, como cruzes e anjos, que evocam a espiritualidade e a devoção que a igreja representa. As torres sineiras, por sua vez, possuem cúpulas em forma de bulbo e são decoradas com elementos geométricos e florais, típicos do barroco tardio. Esta obra-prima da arquitetura colonial brasileira encanta e impressiona por sua beleza, riqueza de detalhes e importância histórica; tem sua riqueza decorativa influenciada pelo barroco europeu, especialmente o português, adaptadas ao contexto local. Por suas proporções harmoniosas, a construção se impõe como um testemunho da importância da Igreja Católica no período colonial, bem como da habilidade dos artesãos e arquitetos da época em traduzir a opulência barroca em pedra e cal.

Além da opulenta igreja barroca, através das procissões, os católicos recifenses revivem a tradição milenar de levar a fé para além dos templos sagrados. Essas manifestações religiosas, ricas em simbolismo e espiritualidade, proporcionam momentos de intensa

devoção e comunhão com o divino, unindo os fiéis em um grandioso cortejo pelas ruas da cidade (Nascimento Neto; Mourafilha,; Vasconcelos; Silva, 2023).

Os jornais da época¹² eram verdadeiros porta-vozes das festividades religiosas, divulgando amplamente datas, horários e o itinerário completo das procissões que logo tornou-se uma prática recorrente, impulsionada principalmente pelas irmandades responsáveis por cada evento, visto que aproveitavam-se desse espaço para divulgar suas atividades e eventos. As publicações direcionaram apelos à população para que preparasse as ruas por onde passariam os cortejos, enfatizando a importância da limpeza e ornamentação dos caminhos como demonstração de fé (Nascimento Neto; Mourafilha,; Vasconcelos; Silva, 2023).

Os moradores das proximidades se esforçavam por intervir nesse itinerário, para fazer passar a procissão em suas ruas, inclusive porque ela atraía rendas com o aluguel das janelas de sobrados. Um anúncio de jornal fazia constar que "Deseja-se alugar uma casa, para pequena família, no Bairro de Santo Antônio e que seja em rua onde passem as procissões da Quaresma, dando-se de aluguer até 12\$000". Nos dias de procissão, o aspecto da rua era alterado na sua placidez cotidiana. A cidade recebia grandes levas de pessoas, dos arrabaldes e das vilas próximas, ansiosas para assistir a essas grandes festividades religiosas [...] A imponência da matriz e a grandiosidade da procissão que dela saía irradiavam para as ruas das freguesias por onde o cortejo passava (ARRAIS, 2002, p.183).

A cumplicidade entre a Igreja, o Estado e as forças armadas era evidente nessas festividades religiosas, uma vez que decretos e ordens oficiais determinavam a participação de guardas de honra, tropas de guarnição e, em algumas ocasiões, da Guarda Nacional com sua cavalaria, contribuindo para a grandiosidade e o esplendor dos eventos. Essa sinergia entre as instituições reforçava o caráter solene dessas celebrações que antes monopolizavam as ruas em datas sagradas, como a Páscoa e o Natal, e começaram paulatinamente a conviver com as festividades populares a partir da década de 1950. Encontros boêmios e o carnaval, por exemplo, passaram a integrar o calendário de eventos públicos, diluindo a hegemonia das procissões católicas e enriquecendo seu diverso cenário cultural, conforme pontuado pela autora:

Ao entrar nos pátios das igrejas, sagrado e profano se realizam em um mesmo espaço público. Em cada um deles se organiza a procissão em homenagem ao santo ou à santa para quem foi erguida a Igreja (...). Neles acontecem apresentações musicais, danças dos ciclos carnavalesco, junino e natalino, da cultura negra. (...) Quem nunca foi assistir, no Pátio do Terço, na segunda-feira de carnaval, a Noite dos Tambores Silenciosos, quando se apresentam nações de maracatu do baque

¹² Analisando os anúncios publicados em jornais da época, observa-se uma procura acentuada por imóveis situados nas ruas percorridas pelas procissões dos bairros de Santo Antônio e São José. A frequência e o destaque dados a essas propriedades nos classificados demonstram uma valorização imobiliária considerável dessas áreas, contrastando com a demanda por imóveis em outras regiões da cidade (NASCIMENTO NETO; MOURA FILHA; VASCONCELOS; SILVA, 2023).

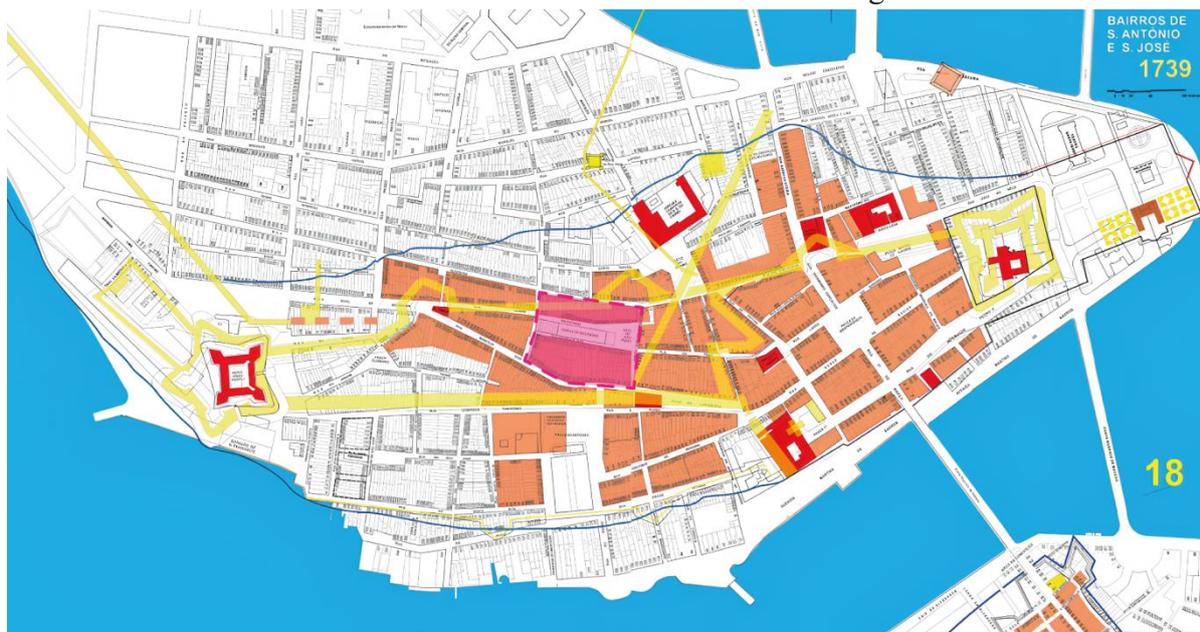
virado? São José: irrefutavelmente espaço sagrado e profano (LACERDA, 2021, p. 143-144).

Por estes relevantes atributos, subjetivos e simbólicos, junto aos valores impregnados no seu estoque construído, o pátio foi inscrito no livro de tomo Histórico (em 8 de março de 1968), sob a justificativa de que a Concatedral de São Pedro dos Clérigos, anteriormente inscrita apenas no livro de tomo das Belas Artes em 20 de junho de 1938, “tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida pelas edificações que a cercam, e que formam, à sua frente, o Pátio de São Pedro” (DPHAN, 1938, p. 15), afinal, arte, excepcionalidade e história continuavam sendo os valores que balizavam as decisões do Iphan até então.

Em suma, teóricos especialistas, como Bazin (1983) e Smith (2012), celebram as igrejas barrocas do Recife do século XVIII, a exemplo da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, como um conjunto unificado e distintivo. Sua singularidade não se restringe apenas ao estilo, mas também à integração em uma paisagem urbana de caráter horizontal, uma característica incomum na época colonial brasileira. Nesse cenário, o Recife se destaca pela convivência marcante entre a genuinidade dos sobrados estreitos e a opulência das igrejas barrocas (Nascimento Neto; Mourafilha,; Vasconcelos; Silva, 2023).

Em consonância com outras cidades coloniais, como Salvador e Rio de Janeiro, a presença católica no Recife não apenas moldou, mas também definiu a estruturação urbana da cidade. Dessa maneira as igrejas, para além de sua função sagrada, tornaram-se representações arquitetônicas dominantes, influenciando não apenas o arruamento, mas também a própria paisagem urbana, conforme podemos observar na evolução mostrada pela Figura 6. Desse modo, os adros e pátios das igrejas católicas, posicionam-se como elementos intrínsecos na historiografia urbana na cidade do Recife, erguendo-se como testemunhas silenciosas da rica herança cultural que moldou a cidade que conhecemos hoje.

Figura 6: Mapas da Ilha de Antônio Vaz de 1739 e 1771, respectivamente, com a área do Pátio de São Pedro demarcada na cor rosa magenta



Fonte: Menezes (2017 e Arquivo Histórico Exército RJ, 1771).

Através dos documentos apresentados acima¹³, evidencia-se que a ocupação dessa gênese urbana, havia se constituído na região e seguia fielmente os preceitos da urbanização portuguesa, sendo caracterizada por ruas estreitas e espaços amplos diante das igrejas construídas a partir de 1654; apesar de não observamos a presença da igreja de São Pedro dos Clérigos em registros cartográficos até o mapa de 1739.

O mapa de Diogo da Silveira reforça o argumento de que o Pátio de São Pedro surge antes da própria Igreja, pois todo o casario e as ruas que o delimitam estão representados desde as primeiras cartografias pós-reconstrução da cidade, na retomada dos portugueses do domínio de holandeses, em 26 de janeiro de 1654; vitória essa que foi fundamental para a consolidação do domínio português em Pernambuco e teve um grande impacto na história do Brasil.

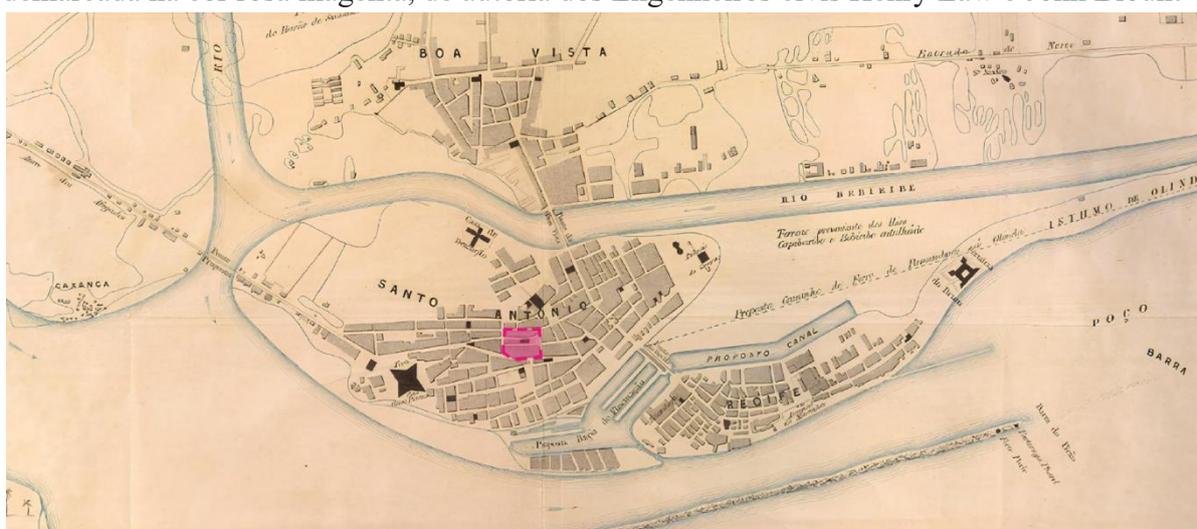
A cidade que demonstrava uma clara identidade lusitana, nos trinta e cinco anos seguintes engendrou uma expansão urbana continuada, que se deu em direção ao rio; feitos por intermédio de aterramentos em áreas de mangue para a construção de novas quadras e habitações, atendendo à crescente necessidade de moradia, que viria a contribuir para a

¹³ O primeiro Mapa é o produto de uma sobreposição de mapas utilizando como mapa base (de autoria de Douglas Fox) o Mapa dos bairros de São José e Santo Antônio (1906/1907) e em colorido, está representado o Mapa do novo sistema defensivo projetado pelo engenheiro Diogo da Silveira Veloso para a Ilha de Antônio Vaz (1739) em Recife-PE. Já a segunda imagem faz um recorte do Plano da vila de Santo Antônio do Recife (1771) e faz parte do acervo do arquivo histórico do exército do Rio de Janeiro-RJ.

consolidação urbana na cidade do Recife enquanto capital do estado de Pernambuco, oficializada em 1827, conforme observado na Figura 7¹⁴.

Logo, o Pátio de São Pedro ampara e converge essa dinâmica socioespacial, como um palco para uma diversidade de manifestações culturais, do profano ao sagrado, que se inserem em uma dimensão apropriativa de um espaço urbano nascido católico e desenvolvido numa sociedade em transformação no que tange a abertura social e de apropriação território-espacial por comunidades descendentes afro-indígenas na região, com um acervo que abrange desde o século XX e se prolonga até o presente.

Figura 7: Recorte da Planta da cidade do Recife, com a área do pátio de São Pedro demarcada na cor rosa magenta, de autoria dos Engenheiros civis Henry Law e John Blount



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (1856).

Por todo o exposto, os pátios, além de seu contexto religioso, conferem às igrejas uma aura de grandiosidade e solenidade, fazendo com que elas dominem a paisagem local como um ponto focal na perspectiva do espaço. Além de servirem como locais de circulação, pausa na trama urbana e interação, os pátios também se configuram enquanto históricos espaços de expressão religiosa. Essas áreas, eminentemente destinadas à socialização, desempenharam um papel fundamental ao realçar essa influência da presença religiosa na vida cotidiana da sociedade recifense em sua gênese.

5. Conclusões

O presente estudo traçou a trajetória do Pátio de São Pedro, com base nos documentos que regiam a construção das cidades luso-brasileiras, desde a fundação da vila até a

¹⁴ Law, Henry; Blount, John. Planta da cidade do Recife, mostrando os melhoramentos propostos no porto. 1856. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/49305>>. Acesso em: 15 ago 2024.

consolidação do referido pátio, como um dos primeiros conjuntos urbanos reconhecidos e tombados pelo Iphan no Brasil. Através da análise de documentos, cartografia; bem como a historiografia urbana e sua bibliografia especializada, foi possível desvendar as etapas de construção e transformação do pátio, evidenciando sua importância. Logo, esse conjunto arquitetônico, marcado pela presença da Concatedral de São Pedro dos Clérigos e do casario colonial, traduz a hegemonia da fé católica e a organização social hierárquica da época expressa na paisagem do Recife. As irmandades religiosas, atuantes nos pátios da cidade, desempenharam um papel fundamental na coesão social, visto que além de seus templos balizarem o desenvolvimento da cidade, havia uma promoção da gratuita na educação e na assistência aos necessitados (médicos e de cartas de alforrias).

Portanto, confirma-se a hipótese inicial do trabalho, tendo em vista que o pátio de São Pedro transcende sua exordial função religiosa e se institui como um espaço multifacetado de memória e identidade na cidade do Recife. Desse modo, pode-se inferir que o objeto de pesquisa têm a sua relevância alicerçada em sua historiografia socioespacial, em seus usos e funções ao longo dos séculos, bem como também em seu traçado urbanístico que remonta a experiência do período colonial do Brasil. Logo, a história do pátio está intrinsecamente ligada à história da sociedade recifense, sendo este um espaço onde, ao longo dos séculos, as celebrações, sejam profanas e/ou sagradas, os eventos culturais, os comércios e serviços de seu entorno; juntos fortaleceram os traços socioespaciais deste lugar. Sendo assim, o tombamento do local pelo Iphan ratifica sua importância cultural, enquanto um bem patrimonial, e reafirma um compromisso com a preservação desse valioso conjunto edificado para as gerações descendentes.

Referências

- ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. **Revista Cidades**, v. 8, n. 14, p. 539-568, 2011.
- ALBERTI, Leon Battista. *Da Arte Edificatória*. Trad. de Arnaldo Teixeira do Espírito Santo; introdução, notas e revisão disciplinar de Mário Júlio Teixeira Krüger. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- ALVES, Mariana Rocha Ramos De Oliveira. Reforma Tridentina e Disciplinamento Social: a bigamia como um campo de observação do disciplinamento (Portugal, século XVII). *In*. Anais... XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2016.
- ARRAIS, Raimundo. Matriz, freguesia, procissões: o sagrado e o profano nos delineamentos do espaço público no Recife do século XIX. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 24, 2002.
- BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Volume 2, Rio de Janeiro: Record, 1983.
- BORROMEO, Carlo. *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae. Trattati d'arte del Cinquecento: fra manierismo e controriforma*, v. 3, p. 1-46. Florença, Itália, 1960.
- DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de tombamento nº 123-T-38**. Seção de História; Rio de Janeiro, 1938.
- GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. 2ª ed., Recife: Fundação Guararapes, 1970.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja de São Pedro dos Clérigos**. Encarte Rotas do Patrimônio, IPHAN/Ministério da Cultura, 2010.
- LACERDA, Norma. Alugam-se imóveis no bairro de São José: pouco importa o valor histórico-cultural dos bens materiais. *In*: PONTUAL, Virgínia *et al.* **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife**. Cepe editora, 2021.
- LIRA, José Tavares Correia de. Bairro, cidade, paisagens de memória. *In*: PONTUAL, Virgínia *et al.* **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife**. Cepe editora, 2021.
- LOEWEN, Andrea Buchidid. A Contra-Reforma, o ornamento na arte e a arquitetura religiosa. *In*: **Revista Limiar**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 32-66, 2014.
- LORETTO, Rosane Piccolo. Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Fundaj, 2017.
- MENEZES, José Luiz Mota. O Recife: das origens até a chegada dos holandeses (1535-1630). *In*: **Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura**. Organizador: Fernando Diniz Moreira; prefácio de: João Campos; Alfredo Gomes; Moacyr Araújo - Recife: Cepe, 2022.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde. Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX. *In*: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. **A Encomenda. O Artista. A Obra**. Porto: CEPSE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009.
- NASCIMENTO NETO, Josebias Costa do; MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e; VALADARES, Pedro Henrique Cabral; SILVA, Ana Lúcia Francisca da. ENTRE DEVOÇÃO E EXPRESSÃO POPULAR: um estudo sobre o patrimônio no pátio de São Pedro em Recife-PE. **VERNÁCULA - Territórios Contemporâneos**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2023. DOI: 10.18312/vernacula.v1i2.2321. Disponível em: <https://periodicos.univag.com.br/index.php/Vernacula/article/view/2321>. Acesso em: 13 ago. 2024.

- OLIVEIRA, Natália Maria da Conceição. **As instruções de São Carlos Borromeu para a construção das igrejas após o concílio de Trento.** In: I simpósio Nacional à distância de História e Historiografia. 2019.
- PONTUAL, VIRGÍNIA et al. **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife.** Cepe editora. Recife, 2021.
- PREFEITURA da Cidade do Recife/Fundaj, 2017.
- REVISTA da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Ano I; n. I. 1957.
- SILVA, Henrique Nelson da. **Trabalhadores de São José: artesãos do Recife no século XVIII.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2010.
- SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado: histórico dos bens tombados no estado de Pernambuco.** 2ª ed., Recife: L. Dantas Silva, 2008.
- SMITH, Robert. **Robert Smith e o Brasil: Arquitetura e Urbanismo.** Brasília: Iphan, 2012.
- SOUZA, Lucas Menezes de. **A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil.** In: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.
- VALADARES, Pedro Henrique Cabral. *O Recife setecentista: uma cidade mascate e religiosa.* In: **Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura.** organizador: Fernando Diniz Moreira; prefácio de: João Campos; Alfredo Gomes; Moacyr Araújo - (Coleção Recife 500 anos), Recife: Cepe, 2022.
- VALADARES, Pedro Henrique Cabral. **Templos de Marte: referências eruditas nas fortalezas abaluartadas de Pernambuco (século XVII).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2019.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: permanências e transformações (1549/1996). **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 92, pág. 287-300, 1996.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [publicação original feita em 1853].
- WAGNER, Ana Paula. **Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800-1819).** In: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX. 1ª edição, Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.